Editorial

Uma das vantagens, a par de manifestos inconvenientes, de uma Revista científica não adoptar, para cada número, o critério da unicidade temática reside em poder dispor mais facilmente de colaboração, mesmo que sujeita ao “exame prévio” da qualidade. Tal abertura é particularmente favorável aos *investigadores em formação* (por regra, os mais jovens e com menos carga curricular). Concretamente, este número da *Revista de História da Sociedade e da Cultura* publica cerca de duas dezenas de trabalhos de elevada qualidade, sendo uma larga percentagem de *gente nova*. A sua produção foi, obviamente, avaliada pelos seus pares mais idóneos.

A questão da avaliação, talvez devido ao facto de também a produção científica estar a ser condicionada pelas carências financeiras, volta a estar presente e, para que os colaboradores “jovens” da nossa Revista se possam situar e tomar posição nesta matéria, reiteramos:

A história é ciência humana (do homem) e história social (conhecimento dos homens em sociedade). Por tal, utiliza metodologias próprias e repudia o princípio de que tem de imitar as dos cientistas *naturais*, por serem as únicas correctas. Repudiamos, pois, a posição de que a definição “ciência” só pode ser atribuída a formas de saber nas quais o conhecimento se obtém ou através de experimentações rigorosamente objectivas ou só através de cálculos matemáticos.

Quer isto dizer, fundamentalmente, que a investigação científica se realiza (e cada vez mais) por totalidades relativas e, conseqüentemente, específicas.

Através de princípios e nexos adequados, essas totalidades relativas e de natureza diversa podem alargar-se ou relacionar-se com totalidades mais vastas. Deste modo, existem disciplinas restritas aparentemente menos ricas e outras mais latas e tidas por mais fecundas, porque a realidade (insistimos) é diversa e repartida, o que favorece até o processo da compreensão e da explicação. Se é esta variedade ou diversidade que enriquece o chamado patrimônio científico, logo, nem todas as formas de representar a *totalidade absoluta* (a “natureza” em sentido amplo) se devem colocar no mesmo plano, nem devem ser sujeitas aos mesmos métodos, aos mesmos juízos interpretativos e aos mesmos critérios de avaliação. É o que, em nome da *verdade* e da justiça, continuamos a reclamar para as Ciências Humanas e Sociais e, particularmente, para a História.

João Marinho dos Santos

Coordenador Científico do Centro de História da Sociedade e da Cultura